COORDENAÇÃO **LUIS COSTA**
EMAIL **sracores@ordemenfermeiros.pt**

A Amamentação

"Promoção do aleitamento materno. Estamos comprometidos?"

É incontornável pensar-se sobre as inúmeras vantagens do leite materno, não só para o bebé, mas para a mãe e para a unidade sociofamiliar

ENF. MÁRCIO FILIPE MONIZ TAVARES
ENFERMEIRO ESPECIALISTA EM SAÚDE MATERNA E OBSTÉTRICA
HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA | EPER







Em Portugal, a Semana Internacional do Aleitamento Materno celebrou-se de 29 Setembro a 6 de Outubro de 2017, tendo a Direção Geral de Saúde se associado às comemorações desta efeméride, cujo tema foi "Todos juntos pelo Aleitamento Materno". Todavia, importa refletir sobre se "Todos" estamos comprometidos com a promoção do aleitamento materno, para perceber que caminho devemos trilhar e o que teremos de modificar.

É incontornável pensar-se sobre as inúmeras vantagens do leite materno, não só para o bebé, mas para a mãe e para a unidade sociofamiliar, de tal modo que os Planos Nacionais de Saúde têm privilegiado a recomendação para o incentivo desta prática, assumindo-a como um critério de qualidade dos cuidados de saúde perinatal. Apesar das recomendações, as taxas de aleitamento materno no nosso país continuam aquém do recomendado, sendo os Açores a região nacional com menores taxas de prevalência de amamentação.

A falta de uma estratégia política regional que promova o aleitamento materno, que privilegie essa forma de alimentação em detrimento da artificial, bem como um investimento deficitário sobre a formação dos técnicos de saúde nessa área, têm retido os Açores, uma vez mais, na cauda do país nesta matéria.

Na última década, as intervenções do governo regional em matéria de promoção do aleitamento materno resumiram-se basicamente à realização de um curso de conselheiros em aleitamento materno, à inauguração de um cantinho de amamentação na Unidade de Saúde de Lagoa (entretanto desativado) e à publicação de um manual sobre apoio na amamentação.

Embora a responsabilidade da promoção da saúde não se restrinja aos governos, mas antes a toda a sociedade, enquanto agentes interventivos, as entidades políticas não podem jamais se demitir do seu papel regulador e promotor de políticas de saúde adequadas, unissonas e responsáveis, capazes de uniformizar estratégias para a promoção de intervenções adequadas, despertando consciências de forma a criar um campo de efeitos de sentido possível e uniforme a respeito do que se pretende ou sobre algum aspeto particular, procurando estabilizar, ainda que só momentaneamente, o seu significado.

São as entidades governamentais que detêm a responsabilidade de intensificar a produção de materiais de educação e informação em saúde voltados para a temática do aleitamento materno, com o intuito de uniformizar a linguagem e restringir constrangimentos relacionados com a desinformação ou a multiplicidade de informação. Recorde-se que a informação escrita da responsabilidade governamental, na forma de documentos dirigidos a distintos públicos, têm o poder de afetar ou criar sentidos.

Apesar das recomendações, as taxas de aleitamento materno no nosso país continuam aquém do recomendado, sendo os Açores a região nacional com menores taxas de prevalência de amamentação

Parece-me, desse modo, que já é altura de se empreender esforços para garantir uma maior intervenção política nesta área, de forma a moldar e garantir que os sentidos sociais sobre o aleitamento materno sejam modificados nos Açores, de tal modo que a prevalência na Região possa aumentar. A promoção da discussão sobre o tema, campanhas dirigidas à população, publicações de orientação para profissionais ou livros e periódicos científicos, são apenas alguns exemplos de intervenções que poderão revelar-se eficazes, e que poderão contribuir para a eliminação, de uma vez por todas, de discursos que têm desvalorizado as perspetivas e contextos das mulheres no processo de amamentação.◆